

ANÁLISE INTEGRADA DO DESENVOLVIMENTO E ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma crítica à teoria de Walt Whitman Rostow sobre as etapas do desenvolvimento econômico

Márcio Eduardo S. P. Morais¹

Carolina Senra Nogueira da Silva²

Resumo

A teoria, ou, as teorias do desenvolvimento econômico têm feito parte, há muito, dos debates acadêmicos acerca do que vem a ser o desenvolvimento, suas consequências e seu caminho a ser trilhado. Pode-se inferir, através de uma observação contemporânea, o fato de que o pensamento sobre o desenvolvimento se organizou dentro da temática do progresso.³ Dentre outras teorias, a de Walt Whitman Rostow⁴(1959), assim como a de Arthur Lewis⁵ com a teoria do crescimento econômico (1955), foram as primeiras contribuintes para a definição do conceito de desenvolvimento. Ambos fazem uma abordagem do desenvolvimento com uma influência europeia marcada pela Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa, tendo como convicção a capacidade de os países pobres se desenvolverem na mesma proporção dos países ricos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Economia. Internacionalização. Recursos naturais. Meio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolvimento sempre esteve atrelada ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, significando, deste modo, modernização. Nessa perspectiva, Rostow, como diversos outros autores, atem-se em mostrar as condições necessárias para se alcançar tal modernização, tendo como exemplos os países ocidentais desenvolvidos. De outro lado, autores

¹ Doutorando e Mestre em Teoria do Direito - PUC MG. Especialista em Ciências Criminais. Professor no Curso de Direito da Faculdade de Pará de Minas – FAPAM. Advogado. email: marcio.eduardo@yahoo.com.br.

² Mestranda em Relações Internacionais na PUC MG. Bacharela em Relações Internacionais. email: carol_senranogueira@yahoo.com.br.

³ Dentro desta temática, Cécile Raud Mattedi afirma que: “se forem procuradas as raízes da noção de progresso, temos que voltar bastante longe: à Bíblia, à filosofia grega, a algumas noções de utopia na Idade Média, e essencialmente ao Iluminismo – i.e. ao questionamento das estruturas sociais, de formas de pensamento mais tradicionais -, à confiança na razão, no poder do homem de transformar a sociedade e a si mesmo.” (MATTEDI, 2002, p. 95).

⁴ Walt Whitman Rostow nasceu em 1916, em Nova York. Formou-se em 1936, na Universidade de Yale, obteve seu MA em Oxford, 1938 e seu PhD na Universidade de Yale, em 1939. Começou lecionando em Harvard nos anos 40 e só deixou em 1961, para assumir posições governamentais importantes. Envolvido com a guerra do Vietnã no governo Johnson, abandonou seu cargo para voltar a lecionar, desta vez na Universidade de Texas, Austin. Escreveu, dentre outras obras, *The Stages of Economic Growth*, *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto* e *Politics and the Stages of Growth*.

como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto dão um aspecto histórico-social à abordagem do desenvolvimento econômico.

Deste modo, o presente artigo tem como escopo tecer uma análise crítica às etapas de desenvolvimento propostas por Rostow, complementada com o aspecto histórico-social da teoria da dependência, tendo como foco a limitação dos recursos naturais.

2 OS PENSAMENTOS DE ROSTOW E DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FALETTO

A explanação do economista Walt Whitman Rostow se inicia com a definição das cinco etapas de desenvolvimento e um enunciado resumido da teoria dinâmica da produção que constitui a ossatura dessas etapas. Deste modo, é possível enquadrar, segundo Rostow, todas as sociedades, dentro de suas dimensões econômicas, nas cinco seguintes categorias:

1. Sociedade Tradicional;
2. As condições para o arranco;
3. O arranco;
4. A marcha para a maturidade;
5. A era do consumo em massa.

Rostow salienta logo no início do primeiro capítulo de sua obra *Etapas do desenvolvimento econômico* (1959) que:

Este livro apresenta uma generalização da marcha da História moderna feita por um historiador da economia. A forma de tal generalização é um conjunto das etapas de desenvolvimento. Aos poucos, cheguei à conclusão de que é viável e, para determinados fins limitados, útil decompor a história de cada economia nacional – e por vezes a de regiões inteiras – de acordo com este conjunto de etapas. Elas constituem, no fim de contas, tanto uma teoria sobre o desenvolvimento econômico quanto uma teoria mais geral, embora ainda consideravelmente parcial, sobre a totalidade da História moderna. (ROSTOW, 1961, p. 11).

Assim, o próprio Rostow reconhece que “as etapas de desenvolvimento são um modo arbitrário e restrito de encarar a sequência da História moderna, e que não são, em qualquer sentido absoluto, uma forma exata.” (ROSTOW, 1961, p. 11-12), destinando-se a dramatizar também a exclusividade da experiência de cada nação.

Ao analisar as etapas do desenvolvimento econômico Rostow se deparou com vários

problemas⁶, afirmando ainda que as etapas do desenvolvimento se destinem a enfrentar esses temas, constituindo uma alternativa à teoria marxista sobre a História Moderna, devendo, também, ficar claro que:

Conquanto as etapas de desenvolvimento sejam um método econômico de encarar sociedades integradas, em nenhum sentido implicam que os mundos da política, da organização social e da cultura sejam uma simples superestrutura construída sobre a economia e oriunda exclusivamente dela. Pelo contrário, aceitamos, desde logo, a noção a que Marx, no fim, voltou as costas, e que Engels estava disposto a admitir de todo o coração já em sua velhice, qual seja a de que as sociedades são organismos interatuantes. (ROSTOW, 1961, p. 13).

Deste modo, ao encarar o “subdesenvolvimento” apenas como um atraso, Rostow se preocupa em demonstrar como esses países pobres vão entrar na via do desenvolvimento. De acordo com o autor, isso aconteceria se tais países passassem pelo mesmo caminho percorrido pelos países desenvolvidos. Essa percepção, de que ao arrancar (*take off*), os países pobres poderiam chegar à “era do consumo” significava o ápice do desenvolvimento, o que é atualmente questionado pela concepção ecológica e pela crítica ao consumismo.

Apesar de afirmar que as mudanças econômicas trazem consequências sociais e políticas, Rostow admite que tais mudanças econômicas podem ocorrer por condições psicológicas, sociais, político-institucionais, dentre outras.

Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto salientam o fato de que nas ciências sociais os conceitos são historicamente densos, precisando ser redefinidos sempre que ocorrer alterações de alcance estrutural nas relações sociais. Assim, as novas dimensões (ecológicas e até éticas) enriqueceram as noções de desenvolvimento.

Todavia, a mudança das estruturas sociais não é somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implicando também um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais. Havendo necessidade de se considerar não somente o caráter da estrutura social de uma dada sociedade, como também o seu processo de formação.

O objetivo central do ensaio é “explicar os processos econômicos enquanto processos

⁶ Quais os impulsos que levaram as tradicionais sociedades agrícolas a iniciar o processo de sua modernização? Quando e como o desenvolvimento regular se tornou um traço inerente a cada sociedade? Que forças impulsionaram a marcha do desenvolvimento e automático e determinaram sua configuração? Que traços sociais e políticos comuns do processo de desenvolvimento podem ser percebidos em cada etapa? Em que direções a originalidade de cada sociedade se expressou em cada etapa? Que forças determinaram as relações entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas; e qual a relação, se é que houve, da seriação relativa do desenvolvimento com a irrupção de guerras? E, por fim, para onde nos estão levando os juros compostos? Estarão levando-nos para o comunismo; para os opulentos subúrbios, elegantemente refinados com o capital social básico; para a destruição; para a Lua, ou para onde? (ROSTOW, 1978, p. 14).

sociais” (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 36). Deste modo, os temas perfilados com maior vigor são os condicionantes econômicos do mercado mundial, inclusive o equilíbrio internacional do poder; a estrutura do sistema produtivo nacional e seu tipo de vinculação com o mercado externo; a configuração histórico-estrutural de tais sociedades, com suas formas de distribuição e manutenção do poder, e, sobretudo, os movimentos político-sociais que pressionam para a mudança com suas respectivas orientações e objetivos.

Assim, almejando uma interpretação global do desenvolvimento, por intermédio da passagem da análise econômica ou da interpretação sociológica usuais, Cardoso e Faletto⁷ salientam que é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas.

Cardoso e Faletto também salientam a existência de países subdesenvolvidos e países “sem desenvolvimento”. Havendo em relação às economias desenvolvidas e às subdesenvolvidas mais que uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, como também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição, supondo, de outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Os autores não se referiam à dependência em geral, mas sim a *situações de dependência*⁸.

Reconhecer a historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. É necessário analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas

⁷ Na história das ideias cepalinas dos anos 1960 encontram-se dois vetores analíticos menos efêmeros que o “estagnacionismo” e, por isso mesmo, mais representativos da produção intelectual do órgão: as teses sobre “dependência” e a tese da “heterogeneidade estrutural”. A teoria da dependência tem duas vertentes, uma de análise predominantemente política e uma segunda de análise predominantemente econômica. Sob o estímulo da sociologia de desenvolvimento cepalina de José Medina Echavarría, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto reuniram-se na CEPAL (ILPES) em 1966-67 e redigiram seu “Dependência e desenvolvimento na América Latina” (1969, Texto 13 desta coletânea). O texto foi escrito como reação teórica à tese corrente na época de que se estava gestando na região uma burguesia nacionalista potencialmente comprometida com um padrão de desenvolvimento que justificava uma aliança com a classe trabalhadora e que podia conquistar hegemonia política. O trabalho organiza a vinculação entre os processos de crescimento dos distintos países ao comportamento das classes sociais e às estruturas de poder. Sua grande inovação é metodológica, e reside na exigência de que essa vinculação se faça considerando as relações entre essas estruturas domésticas e o poder econômico e político no resto do mundo. Segundo os autores, a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento reside na relação entre as sociedades periféricas e centrais. Isso exige a análise da forma como as economias subdesenvolvidas se vincularam historicamente ao mercado mundial e da forma como se constituíram os grupos sociais internos que definiram as relações internacionais intrínsecas ao subdesenvolvimento. Como salientam os autores, “esse enfoque significa reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento, e que esta dependência começou historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 41).

⁸ Dependência na fase de constituição do Estado Nacional e de formação de uma burguesia exportadora, dependência na situação de enclave e dependência na etapa de internacionalização do mercado na fase de formação de economias industriais periféricas. Subdividimos ainda mais estas “fases”, mostrando que não constituem etapas, mas formações sociais específicas que supõem, às vezes, arranjos particulares que contêm a existência das três situações, embora sempre estruturadas de forma sobredeterminada. (CARDOSO, 1979, p. 41).

para o exterior que o subdesenvolvimento supõe.

Deste modo, ao dar complementaridade ao texto de Rostow com a abordagem feita por Cardoso e Faletto, possibilitar-se-á uma análise crítica mais bem embasada, uma vez que se revela insustentável afirmar que um país pudesse desenvolver de forma linear totalmente livre das relações de poder que hierarquizam de forma internacional os países e suas economias. Ao acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação entre os países, evita-se a abstração dos condicionantes sociais e políticos do processo econômico na abordagem de Rostow.

Com isso, necessitar-se-á indagar como todos os países considerados subdesenvolvidos na perspectiva da teoria de Rostow poderiam seguir as fases de desenvolvimento utilizando os mesmos recursos além dos limites nos quais o equilíbrio ecológico pode ser mantido, (?) partindo do pressuposto de que o desenvolvimento econômico significa um aumento das necessidades materiais além do necessário, caracterizando-se, assim, um desenvolvimento de formas mais intensivas de exploração dos recursos naturais.

3 ESCASSEZ DOS RECURSOS NATURAIS E NOVAS TECNOLOGIAS

Partindo do questionamento apresentado no capítulo anterior, acerca da possibilidade de todos os países pobres cumprirem todas as etapas de Rostow, existindo uma limitação dos recursos naturais, pode-se afirmar, de acordo com Richard Wilkinson, que:

Os vários estágios de desenvolvimento que os teóricos identificaram – ou pensaram fazê-lo – no decorrer da história econômica, tecnológica, social ou política são reflexos dos processos ecológicos fundamentais, entre os quais os mais importantes foram os associados à revolução industrial e neolítica. De tempos em tempos, quando a população aumenta muito, as sociedades saem fora de seu “nicho ecológico” anterior. A procura agregada de subsistência, dos recursos naturais específicos nos quais o sistema cultural se baseia, acaba excedendo a provisão que o meio ambiente pode manter. (WILKINSON, 1974, p. 114).

Ao longo da história o crescimento econômico esteve diretamente ligado à formação de excedentes e de sua acumulação, o que era considerado finito pelos economistas clássicos como Adam Smith, David Ricardo⁹ e John Stuart Mill. Assim, com a Revolução Industrial do século XVIII, a produção aumentava consideravelmente, exigindo cada vez mais matérias-primas para sustentar o volume de bens produzidos. Outro fator relevante é o aumento da população,

⁹ Segundo Adam Smith, o estado estacionário seria atingido quando o estoque de capital fosse tão grande que as oportunidades de negócio rentáveis e os investimentos líquidos se anulassem, ou seja, a taxa de lucro do mercado seria igual à taxa mínima de lucro. Para David Ricardo, o estado estacionário chegaria quando todas as piores terras fossem utilizadas; o lucro seria nulo e toda renda monetária seria utilizada para o pagamento de salários.

aumentando a necessidade de bens, incentivando o desenvolvimento por serem sinônimos de *status* social, substituindo os bens tradicionais. Tendo assim, consequências árduas sobre a sociedade, o que deteriora valores que a sustentam em equilíbrio ecológico. Nesse sentido, Hélio Jaguaribe afirma que:

Perdurou por muito tempo no mundo, até já avançado o século XX, a impressão de que a natureza, como um bem comum da humanidade, era algo de inexaurível, que se encontrava à livre disposição das conveniências humanas e dispunha de inerentes processos que asseguravam, automaticamente, sua renovação. Supunha-se que as complexas relações entre os recursos naturais da atmosfera, das águas e da terra, em parte ativados por não menos complexas relações entre a matéria inanimada e múltiplas formas de vida, compunham um sistema dinâmico homeostático, embora, até recentemente, se desconhecesse como funcionasse esse sistema, que ainda hoje apresenta aspectos mal compreendidos. (JAGUARIBE, 200, p. 591).

Com o aumento considerável da produção, problemas ambientais foram surgindo, não sendo, infelizmente, à época, tratados como um problema econômico, só o sendo a partir da segunda metade do século vinte¹⁰, gerando, destarte, desequilíbrio ecológico.

Caso uma sociedade saia do equilíbrio ecológico, a subsistência se torna um problema, piorando as condições econômicas, gerando dificuldades que indicam uma crise crescente. Wilkinson afirma que:

Uma sociedade sai do equilíbrio ecológico devido ao distúrbio de alguma parte do sistema cultural que servia para mantê-la dentro dos limites estáveis. Muitas vezes, os registros históricos e antropológicos não mostram exatamente como os mecanismos delicados que mantêm uma determinada sociedade em equilíbrio são perturbados: talvez tudo o que se saiba é que a sociedade está atualmente sofrendo com a pressão populacional sobre a terra disponível e que a população começou a crescer logo depois que a influência europeia na área se tornou significativa. (WILKINSON, 1974, p. 70).

Wilkinson (1974) afirma que a quebra do equilíbrio ecológico exige mudanças que são claramente parte do processo econômico, sendo consequências inexoráveis de um processo complexo de transformação social e, inclusive, ambiental. Assim, ainda de acordo com Wilkinson, “à medida que os recursos básicos começam a escassear, as necessidades crescentes que não podem ser satisfeitas dentro da estrutura tradicional dão o único impulso importante ao desenvolvimento.” (WILKINSON, 1974, p. 67).

Todas as vezes em que esse equilíbrio ecológico for “quebrado”, conforme exposto ainda por Wilkinson, as sociedades tentarão descobrir formas de desenvolvimento de novas tecnologias

¹⁰ De acordo com Fábio Nusdeo (1995), todas as atividades humanas geram resíduos e interferem, de uma ou de outra forma, nas condições do meio. Todavia, o problema que se nos apresenta hoje é o fato de a utilização de recursos naturais e o despejo de resíduos no meio ambiente já serem, na maioria dos casos, muito superiores à capacidade do meio de absorver esses resíduos e de renovar recursos. (NUSDEO, 1995).

para otimizar o uso dos recursos ambientais. A criação de novas tecnologias seria uma tentativa de se resolver o problema da escassez de recursos naturais, trazendo a possibilidade de exploração intensiva de novos recursos, os quais antes inexplorados e sem interesse direto para a sociedade, até então.

Assim, percebe-se que o desenvolvimento na agricultura se deu, na maioria das vezes, com o intuito de elevar a excelência na utilização do meio ambiente, usufruindo da terra para uma produção cada vez mais especializada e intensiva de vegetais e animais para a subsistência humana. Portanto, com o aumento da exploração do meio ambiente, grande parte da produção de matérias-primas, anteriormente obtidas do meio ambiente de forma natural, encontra-se sob a dependência do trabalho humano. Nestes termos:

Uma vez, o homem pôde se vestir com a pele dos animais que comia; mais tarde, teve que cultivar ou coletar as fibras naturais com as quais poderia tecer uma peça do vestuário; hoje, cada vez mais, é obrigado a fabricar fibras artificiais derivadas de recursos minerais, com as quais são feitos os tecidos. A cada estágio, uma quantidade maior se torna disponível, mas cada vez maior parte do processo tem que ser realizada pelo homem. (WILKINSON, 1974, p. 105-106).

Deste modo, a escassez dos recursos naturais gera um desequilíbrio ecológico, todavia essa escassez pode ser suprida pela importação de novos gêneros ou a substituição de tais recursos por novos, ou mesmo, o aperfeiçoamento de novas técnicas para exploração intensiva de recursos e matérias-primas escassas. As sociedades, ao apetecer satisfazer a sua busca incessante de bens de consumo, além da sua necessidade básica, exigem, cada vez mais, do processo produtivo.

A princípio, tais necessidades eram supridas através da caça e do uso de plantas naturais, após isso, através do uso de produtos agrícolas e posteriormente de recursos minerais, exigindo um aprimoramento do sistema produtivo. Com isso, por intermédio da criação de novos instrumentos e equipamentos de trabalho, a mão-de-obra, por meio de uma maior divisão do trabalho, foi diminuída com novas técnicas e fontes de energia. Podendo-se deduzir as características básicas do desenvolvimento econômico através das premissas às quais se fundamenta o enfoque ecológico.

Contudo, mesmo que se considere que a escassez de recursos naturais pudesse ser suprida pelo desenvolvimento tecnológico, possibilitando, assim, aos países subdesenvolvidos cumprirem os estágios de Rostow, outro problema pode ser auferido da teoria rostowiana. Será que o aumento da exploração do meio ambiente, considerando a implementação da tecnologia, significa o aumento da eficiência econômica?

4 EFICIÊNCIA ECONÔMICA E AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

Considerando os pressupostos avançados no capítulo anterior, há de se admitir que a limitação dos recursos extraídos do meio ambiente não significa empecilho para se alcançar o desenvolvimento, através da ideia de sucessão evolutiva de estágios, segundo W. W. Rostow (1961). Entretanto, torna-se inevitável questionar se o aumento da exploração do meio ambiente e a elevação da eficiência econômica podem ser considerados equivalentes.

A análise do desenvolvimento econômico sempre esteve atrelada à ideia de eficiência econômica crescente, porém, isso nada mais é que a elevação da exploração do meio. Assim, outros modelos são buscados pelas pessoas, outras fontes de recursos são necessárias para uma exploração mais eficaz. Todavia, “o aumento da quantidade de meios de subsistência, quando o crescimento populacional o exige, não tem nenhuma ligação *a priori* com a eficiência”. (WILKINSON, 1974, p. 67). A sociedade sempre descobre novas formas de desenvolver tecnologia com o intuito de maior otimização dos recursos ambientais, quando seu equilíbrio com o meio é rompido. Deste modo:

As mudanças da eficiência econômica são movimentos para cima e para baixo mais complexos, que refletem as tentativas das sociedades de resolver os seus problemas ecológicos da melhor maneira possível. A estabilidade no nível de eficiência é evidentemente perturbada por qualquer modificação técnica introduzida para aumentar o rendimento do meio. O nível de eficiência tende a se comportar como a variável dependente. (WILKINSON, 1974, p. 69).

Não se pode, porém, afirmar que os avanços tecnológicos não trazem melhoramento, seus efeitos negativos na modificação dos recursos e nos métodos aplicados no processo produtivo podem ser abstraídos pelas inovações criadas. Necessitar-se-á compreender que aumentar a eficiência ou melhorar os padrões de vida humanos não significa necessariamente aumentar a eficiência de exploração do meio, o que sugere o desenvolvimento econômico. As sociedades podem buscar meios para efetivar seu modo básico de vida sem atarem-se às mudanças relacionadas ao desenvolvimento econômico. Nestes termos:

Apreciando o desenvolvimento econômico do ponto de vista ecológico, efetivamente removemos a ideia de progresso daquela posição central que sempre ocupou na nossa visão do processo. Em vez de encarar o desenvolvimento como uma questão de “progresso” visando a uma “vida melhor”, motivado por uma insatisfação incurável com o que temos, percebemos que é um processo de solucionamento de uma série de problemas que, de tempos em tempos, ameaçam o sistema produtivo e a suficiência dos meios de subsistência. De fato, as sociedades humanas em desequilíbrio ecológico têm de se desenvolver rapidamente para se manterem; o seu desenvolvimento, no entanto, não implica necessariamente algum melhoramento a longo prazo da qualidade de vida humana. (WILKINSON, 1974, p. 120).

Perceber-se-á que o avanço tecnológico traz eficiência econômica no sentido de melhor extrair os recursos do meio ambiente ou mesmo criar mecanismos para a superação de sua escassez, sem considerar o fato de que nem sempre isso será possível no momento de necessidade extrema. Todavia, isso não significa necessariamente um melhoramento na qualidade de vida das sociedades, uma vez que o processo produtivo, base do desenvolvimento econômico, limita cada vez mais tal qualidade, mesmo em situações que o excedente material não é aceito.

Rostow explica o subdesenvolvimento, dentre outros fatores, pelos baixos níveis de poupança e a ausência de uma classe empresarial dinâmica. Assim, a poupança nesses países, segundo ele, era usada de maneira improdutivo. Tal proposição não se mantém se for considerado que tais sociedades possuem uma tecnologia consistente, limitando o implemento de novas, seus recursos produtivos são usados de forma eficiente dentro de suas estruturas econômicas. O crescimento econômico se caracteriza, então, como um processo de implementações qualitativas quando se mostra precária a possibilidade de aumento quantitativo no sistema econômico. Percebe-se que é, muitas das vezes, o aumento de matérias-primas mais complexas, o fator dificultador da atividade produtiva.

Mesmo admitindo que os países subdesenvolvidos resolvam o problema da escassez com o implemento de tecnologias, proporcionando-lhes uma eficiência econômica, no que tange à superação desta carência, ainda sim, não parece claro como todos esses países poderão chegar ao desenvolvimento passando pelos estágios propostos por Rostow.

Destarte, quando muitos países subdesenvolvidos atingirem a maturidade industrial, tudo indica que não haverá recursos suficientes dos quais dependem a tecnologia industrial atual, o que ocasionará o esgotamento de tais recursos.

5 CONCLUSÕES

Ao terminar esse breve ensaio há que se questionar qual o interesse de se escrever sobre desenvolvimento econômico, haja vista o grande número de trabalhos já elaborados acerca do referido tema, todavia, ainda existindo muito que se analisar sobre o mesmo.

Primeiramente, há que se separar dois aspectos distintos: desenvolvimento e modernização, não podendo considerá-los como sinônimos; desenvolvimento, mesmo que muitas vezes esteja atrelado ao crescimento econômico, pressupõe muitos outros fatores, além da simples ideia de modernização. O desenvolvimento tem sido tema constante, devido à falta de um conceito preciso para o termo conforme Campos (2005).

Na sociedade do século vinte e um, embalada pelo progresso industrial, crescimento populacional em diversos países emergentes, com sobrecarga excessiva em relação ao meio ambiente, poluição, dentre outros problemas, há a necessidade premente de se buscar desenvolvimento, porém desenvolvimento democrático.¹¹

Assim, uma crítica direta é dirigida ao pensamento de Walt Whitman Rostow, negando-se suas etapas de desenvolvimento. Não se sustenta a ideia de que todos os países passariam por uma trajetória linear, chegando, destarte, ao desenvolvimento, ideia essa que é frontalmente atacada por diversos teóricos, dentre eles Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, os quais salientam um paradigma de um desenvolvimento econômico orientado com aspectos sociais e particulares de cada Estado.

O intuito proposto é de negar a Teoria da Modernização de Rostow, não sob o aspecto da Teoria da Dependência, mas sim, sob a ótica ecológica. Contudo, mesmo que os grandes avanços tecnológicos criem métodos de exploração de recursos mais duradouros ou mesmo outros mecanismos que possam resolver os problemas ecológicos, advindos do intenso desenvolvimento econômico, não se pode imaginar que todos os Estados chegarão ao desenvolvimento através das etapas rostowianas, considerando hodiernamente as inúmeras adversidades ambientais.

Este ensaio não teve a pretensão de esgotar ou mesmo definir o que seja desenvolvimento, cujo escopo se flexibiliza com o tempo, o espaço e a abordagem metodológica.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. **Brasil, mundo e homem na atualidade: estudos diversos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MATTEDI, Cécile Raud. UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, ano 01, n. 01, set. 2002. Disponível em:

¹¹ Por desenvolvimento democrático pode-se entender o desenvolvimento que pressupõe igualdade, efetiva participação cívica em suas decisões, com racionalidade social em relação ao emprego de recursos naturais e na seleção de tecnologias usadas.

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewPDFInterstitial/4932/4291>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

NUSDEO, Fábio. **Desenvolvimento e ecologia**. São Paulo: Saraiva, 1995.

ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

WILKINSON, Richard G. **Pobreza e progresso**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.